

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2

Atena
Editora
Ano 2020

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)



Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

G345 Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico 2 / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia.
 ISBN 978-85-7247-999-8
 DOI 10.22533/at.ed.998201102

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.

CDD 910.03

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico 2”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de sete capítulos a partir de análises, ensaios, relatos profissionais e pesquisas de professores, técnicos e pesquisadores oriundos de instituições da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e Goiás.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia, Geociências, Ciências Ambientais Engenharia Ambiental, entre outras áreas afins para debater a função social e territorial da ciência geográfica e o avanço científico e tecnológico no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a democracia.

A Coletânea inicia-se com o capítulo: “A atividade comercial em Feira de Santana (BA) e as repercussões do comércio de rua” de autoria de Alessandra Oliveira Teles da Universidade Estadual de Feira de Santana, cujo objetivo é relacionar a apropriação do espaço público com a atuação do comércio informal existente em Feira e Santana – Bahia.

O Capítulo 2 “Acessibilidade urbana em parte da cidade de Senhor do Bonfim – BA: um olhar da Geografia a partir da condição dos velhos da cidade” dos pesquisadores Jessica Auanne Farias Silva e Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega da Universidade Federal do Vale do São Francisco tem como finalidade analisar a acessibilidade urbana em partes da cidade de Senhor do Bonfim – BA em associação com o processo de envelhecimento humano, bem como os elementos urbanos e demais diretrizes advindas da OMS.

Na sequência os capítulos 3, 4 e 5 trazem uma abordagem pertinente à atuação profissional e demais pesquisas e estratégias para prevenção e atuação em desastres naturais. Assim, o Capítulo 3 intitulado “Localização do Batalhão de Ajuda Humanitária do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina em desastres naturais” de autoria de André Felipe Nunes Da Silva do Centro de Ensino Bombeiro Militar de Florianópolis, apresenta-se a criação do Batalhão de Ajuda Humanitária (BAjH) que atua no território catarinense a partir do conceito de Logística Humanitária e o papel das Centrais de Distribuição para a Assistência Humanitária.

No capítulo 4 – “Parcerias para a construção de cidades resilientes a desastres no estado do Paraná integrando setor público, academia e UNISDR” os autores Eduardo Gomes Pinheiro, Larissa Maria da Silva Ferentz, Murilo Noli da Fonseca e Fernanda Enko dos Santos Batista vinculados ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná apresentam os procedimentos desenvolvidos e os resultados alcançados no apoio dos municípios paranaenses quanto à construção de cidades mais resilientes,

cuja metodologia baseia-se em cinco etapas e envolveu a participação de 321 municípios.

Já no capítulo 5 – “Sistema de alarme por sirenes para deslizamentos de encostas: Relato de experiência inovadora na cidade do Rio de Janeiro” de Alexander de Araújo Lima, Ivana Soares de Aguiar, Marcelo Abranches Abelheira e Orlando Sodré Gomes oriundos das instituições: Centro Universitário Unicarioca, Centro Universitário Celso Lisboa e Defesa Civil Municipal do Rio de Janeiro, abordam a instalação de um Sistema de Alarme por Sirenes em comunidades da cidade do Rio de Janeiro, visando reduzir ou mesmo evitar a perda de vidas humanas decorrentes de deslizamentos de encostas causados pelas chuvas fortes e/ou prolongadas, cuja criação ocorreu em 2011. Dessa maneira, os autores relatam a experiência das “sirenes cariocas” que pode ser estendido para outras áreas do país.

Por fim, os capítulos 6 e 7 apresentam uma abordagem sobre o Ensino de Geografia e suas múltiplas aplicações da sala de aula ao desenvolvimento regional. Assim, o capítulo 6 – “O uso de metodologias ativas no ensino de Geografia na Educação Básica” dos pesquisadores Elciane Arantes Peixoto Lunarti e Cinthia Maria Felício do Instituto Federal Goiano apresentam uma breve imersão sobre as construções teóricas que fundamentam a pesquisa sobre a utilização de metodologias ativas no Ensino de Geografia no âmbito da Educação Básica.

No Capítulo 7 – “A Unimontes no Norte de Minas Gerais: uma leitura a partir da formação de professores de Geografia em Pirapora” os autores Angélica Natali Pereira Afonso e Gustavo Henrique Cepolini Ferreira vinculados à Universidade Estadual de Montes Claros apresentam algumas considerações sobre a origem da Unimontes, lançando um olhar sobre a formação de professores de Geografia no Campus Pirapora-MG, bem como sobre os desafios dessa trajetória, tendo como plano de fundo a tríade: desenvolvimento regional, Educação Superior Pública e o Ensino de Geografia.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia e a função social e territorial do desenvolvimento científico e tecnológico.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA(BA) E AS REPERCUSSÕES DO COMÉRCIO DE RUA	
Alessandra Oliveira Teles	
DOI 10.22533/at.ed.9982011021	
CAPÍTULO 2	20
ACESSIBILIDADE URBANA EM PARTE DA CIDADE DE SENHOR DO BONFIM – BA: UM OLHAR DA GEOGRAFIA A PARTIR DA CONDIÇÃO DOS VELHOS DA CIDADE	
Jessica Auanne Farias Silva	
Pedro Ricardo Da Cunha Nóbrega	
DOI 10.22533/at.ed.9982011022	
CAPÍTULO 3	34
LOCALIZAÇÃO DO BATALHÃO DE AJUDA HUMANITÁRIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA EM DESASTRES NATURAIS	
André Felipe Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9982011023	
CAPÍTULO 4	47
PARCERIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADES RESILIENTES A DESASTRES NO ESTADO DO PARANÁ INTEGRANDO SETOR PÚBLICO, ACADEMIA E UNISDR	
Eduardo Gomes Pinheiro	
Larissa Maria da Silva Ferentz	
Murilo Noli da Fonseca	
Fernanda Enko dos Santos Batista	
DOI 10.22533/at.ed.9982011024	
CAPÍTULO 5	54
SISTEMA DE ALARME POR SIRENES PARA DESLIZAMENTOS DE ENCOSTAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA INOVADORA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	
Alexander de Araújo Lima	
Orlando Sodré Gomes	
Ivana Soares de Aguiar	
Marcelo Abranches Abelheira	
DOI 10.22533/at.ed.9982011025	
CAPÍTULO 6	71
O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Elciane Arantes Peixoto Lunarti	
Cinthia Maria Felicio	
DOI 10.22533/at.ed.9982011026	
CAPÍTULO 7	83
A UNIMONTES NO NORTE DE MINAS GERAIS: UMA LEITURA A PARTIR DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA EM PIRAPORA	
Angélica Natali Pereira Afonso	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.9982011027	

SOBRE O ORGANIZADOR.....	99
ÍNDICE REMISSIVO	100

A ATIVIDADE COMERCIAL EM FEIRA DE SANTANA(BA) E AS REPERCUSSÕES DO COMÉRCIO DE RUA

Data de aceite: 06/02/2020

Alessandra Oliveira Teles

Universidade Estadual de Feira de Santana /
aoteles@uefs.br

INTRODUÇÃO

O comércio informal, aqui destacado o comércio de rua, a cada dia ganha novos trabalhadores. O centro comercial que mantém a hegemonia perante os demais ainda é o que se localiza na área central da cidade. Sua organização e relevância é reflexo do poder que possui em atrair um elevado fluxo de pessoas, em especial da sua microrregião. Sua capacidade em promover a circulação de capital caracterizando o centro comercial como o local de maior valor para todo tipo de comércio informal inclui o comércio de rua.

O comércio é a atividade de maior relevância na organização espacial e socioeconômica de Feira de Santana. Responsável por sua implantação e consolidação, reflete, através de seus agentes, as permanências e mudanças que vem atravessando ao longo das décadas. As relações de troca consolidam tal atividade, associada à localização estratégica da cidade,

promoveram o adensamento populacional de modo que o comércio informal se implantasse e se mantivesse.

O objetivo deste artigo foi relacionar a apropriação do espaço público com a atuação do comércio informal. Os procedimentos metodológicos desta pesquisa tiveram como pilar a análise dos dados documentais, estatísticos e cartográficos. A aplicação de formulários, realização de entrevistas, além da observação direta e registro fotográfico também compuseram este estudo.

AS PARTICULARIDADES DO COMÉRCIO DE RUA EM FEIRA DE SANTANA

O comércio de rua em Feira de Santana está entrelaçado à origem e consolidação do município e da cidade. Uma vez que se originam do pouso dos tropeiros de gado e da feira livre. A economia da cidade tem sua base histórica no comércio que era realizado no espaço aberto.

A desigual distribuição de renda, resultante do modelo econômico implantado pelo governo brasileiro, tem como consequência diversos problemas sociais, dentre eles, o desemprego. O aumento populacional resultou numa urbanização atropelada e desordenada contribuindo para consolidar uma forte crise social. A indústria, vista no primeiro momento

como solução para absorção da mão-de-obra, logo se mostrou sem o propósito de contribuir para a ocupação de um grande número de trabalhadores.

O processo de industrialização criou a falsa ideia de ocupação de mão-de-obra. Muitos governos estaduais, inclusive na Bahia, para justificar o investimento em plantas industriais da iniciativa privada, nos seus estados, colocaram na mídia a informação relacionada a geração de significativa quantidade de postos de trabalho, o que na realidade não ocorreu. (TEIXEIRA; GUERRA, 2000). Neste cenário, os trabalhadores informais, representado sobretudo por ambulantes e camelôs compõem a categoria que apresenta o maior crescimento. Desempregados e indivíduos de municípios diversos, especialmente daqueles com predominância de atividades primárias vão promover um aumento expressivo no comércio de rua, como escreve Maia (2015, p. 456) “O chamado comércio de rua, em parte é integrante desse setor e vem funcionando como fator de estabilização social para o indivíduo desempregado, [...]”

Ao delimitarmos o comércio de rua percebe-se que tanto Santos (2008a) ao discutir o circuito inferior da economia urbana deve ter sua teoria considerada, quanto Yázigi (2000) e Durães (2013) ao tratarem a diversidade presente entre aqueles que utilizam a rua como local de retirada de sua sobrevivência. Também encontramos, pontualmente, pessoas que conseguiram ir além da sobrevivência e retiram das ruas muito mais do que algumas empresas capitalistas formalizadas.

Pretendemos traçar um perfil dos ambulantes e camelôs pesquisados, utilizando os formulários aplicados nas ruas pesquisadas e pela observação direta. É preciso destacar uma grande desconfiança e resistência por parte dos pesquisados em responder as perguntas, alguns não aceitaram nem mesmo conversar, informando que haviam sido vítimas de supostos jornalistas que solicitaram informações e deturparam o que foi comunicado por eles. Nenhum aceitou o registro fotográfico, houveram casos que mesmo as fotografias feitas de forma aleatória foram questionadas por alguns ambulantes que de forma agressiva exigiram a exclusão da imagem de sua barraca.

A pesquisa de campo constatou que nos logradouros selecionados para estudo a atividade principal é o comércio. As vias públicas das Ruas Marechal Deodoro e Sales Barbosa, a Avenida Senhor dos Passos e a Praça do Nordeste são ocupadas por ambulantes e camelôs em tipos diferenciados de equipamentos. Encontramos barracas de alumínio, barracas de ferro e lona, boxes de alvenaria, carro de mão, pessoas com mercadorias nas mãos, em sacolas.

Percebemos a variedade de equipamentos utilizados para a realização da venda por parte de ambulantes e camelôs. Aqueles que se utilizam de carro-de-mão, cesto, ou lona no chão representam o segmento que adquire pequenas quantidades de mercadorias, às vezes, entre os próprios camelôs que possuem barracas ao longo dos logradouros estudados para tentar uma revenda e aquisição de margem mínima de lucro. São esses que vivem no limite da sobrevivência, buscando os recursos mínimos para suas necessidades como comer e morar.

No geral, em cada espaço, predomina um produto. A Rua Marechal, os alimentos.

No calçadão da Rua Sales Barbosa as confecções e calçados são os principais. Na Rua Benjamin Constant e Praça do Nordeste a prestação de serviços, onde se destacam os consertos de relógios, retirada de arranhões de celular e cd, bem como pequenos serviços de internet como consulta ao SPC/SERASA, 2ª via de contas ou mesmo inserção de músicas em cartão de memória para celular. A Avenida Senhor dos Passos é a mais heterogênea com CD, DVD, óculos, bolsas, meias, games, adesivos para unhas. Gráfico 1.

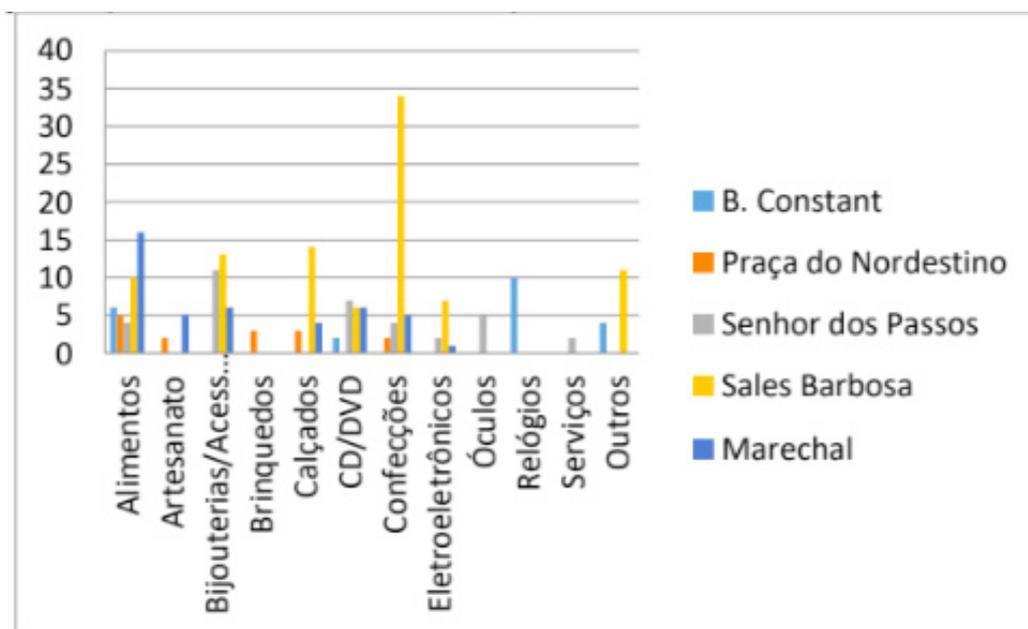


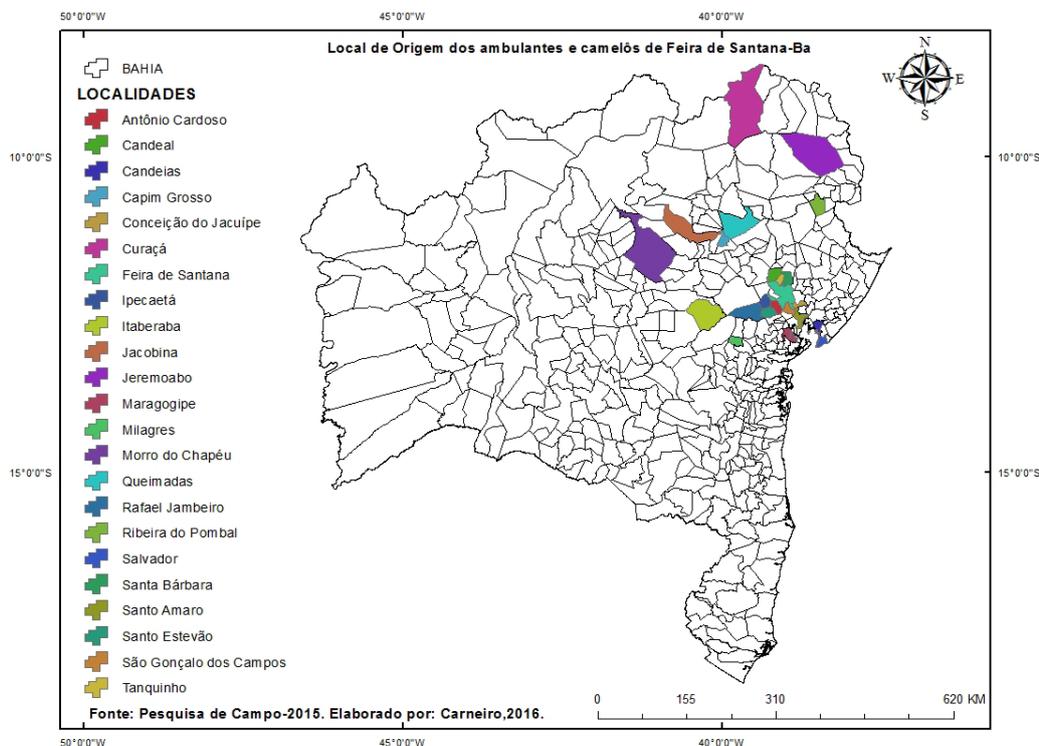
Gráfico 1 - Tipo de produto comercializado por ambulantes e camelôs em Feira de Santana

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Esse zoneamento existente entre os produtos comercializados pelos ambulantes e camelôs no centro comercial de Feira de Santana indica que a discussão teórica que inicia esta pesquisa é válida. Quando percebemos a presença de determinados produtos predominando em certos logradouros observamos então a propriedade e apropriação de um espaço específico configurando um território. Segundo Corrêa (1996) é possível definir território como um espaço no qual são atribuídas as dimensões política, afetiva ou ambas. No caso do local pesquisado ambas as dimensões estão presentes como veremos nos subitens a seguir.

As relações de poder se revelam também em circunstâncias como esta, a organização logística contribui para o entendimento do território enquanto produto das ações humanas. A organização do espaço vai além da atuação do Estado, quando circulação e comunicação estão a serviço de empresas de diferentes tamanhos e promovendo sua atuação de forma pontual e ao mesmo tempo dispersa nos lugares que lhe interessam, reorganizando-os a cada expansão ou retração econômica. Para Raffestin (1993) a formação de um território é resultante das ações promovidas por agentes que buscam a transformação do espaço para alcançar seus objetivos.

Segundo o autor o território é um espaço transformado pelo trabalho e demonstra uma complexa relação de poder e domínio referindo-se a consolidação de uma ou várias territorialidades. A presença de ambulantes e camelôs de origens variadas determinam a formação de uma rede que consolida um campo de ação e poder com repercussão tanto nas interações espaciais como na constituição de território. Mapa 1.



Mapa 1 – Local de origem dos ambulantes e camelôs de Feira de Santana - BA

Entre os pesquisados a predominância se dá entre os nascidos no próprio município. Os demais se dividem por 25 municípios do estado, onde se destacam Antonio Cardoso, Candeias, Conceição do Jacuípe, Curaçá, Irapueta, Itaberaba, Jeremoabo, Santa Bárbara, Santo Estevão e Tanquinho – e um dos entrevistados informou ter nascido no município de Adamantina, estado de São Paulo. Essa informação nos ajuda a compreender o processo migratório e polarizador desse município, pois quando questionados sobre o motivo de estarem aqui, mais de 50% afirmaram a localização do município e a quantidade de pessoas que por aqui circulam.

Quanto ao local de residência, há uma ampla distribuição dos ambulantes e camelôs pela cidade, dispersos num número significativo de bairros e distritos. Contamos 37 bairros, 5 distritos e 1 camelô informou residir no município de São Gonçalo dos Campos. Como esse município tem a particularidade de encontrar-se num visível processo de conurbação, onde o bairro Tomba entrelaça-se com o Loteamento Ouro Verde, Distrito de Tapera, pertencente a São Gonçalo dos Campos. É um espaço urbano contínuo com sistema de transporte frequente ligando os mesmos com intensa fluidez, permitindo que muitos moradores dessa localidade possam ir e vir com rapidez ao centro de Feira de Santana e vice-versa.

Atualmente, ambulantes e camelôs representam esse comércio que se transformou, teve sua localização por muitas vezes modificada e diminuída, mas não perdeu sua capacidade de continuar existindo nos principais logradouros do centro comercial da cidade. Para muitos ambulantes e camelôs esse é o único meio de adquirir recursos que garantam um mínimo para seu sustento e de seus familiares. Segundo Maia (2013, p. 46) “O comércio de rua pode ser, em grande parte, uma economia de sobrevivência, uma alternativa imediata ao desemprego, ou uma opção, uma escolha. É também, um sinal de vitalidade comercial não aproveitado.”

Esses trabalhadores também estão a serviço do capital, para a sua reprodução. O trabalho assalariado formal, regulamentado através de carteira assinada e demais legislação trabalhista não se faz necessário. Para o capital, a contribuição desses trabalhadores, participando da produção, circulação e comercialização de mercadorias diversas funciona como complemento da economia (SOUZA, 1984).

Durães colabora para o entendimento das características dos camelôs presentes na Rua Marechal Deodoro. São vendedores dos mais variados tipos de alimentos, acessórios, artesanato, eletroeletrônicos, brinquedos e tudo que faça parte do desejo de consumo da clientela. Outro fator que chama a atenção refere-se ao pequeno investimento para iniciar e manter-se na atividade. Além de não necessitar qualificação ou experiência profissional, itens extremamente solicitados na atividade formal.

A Avenida Senhor dos Passos abrigou até a década de 1960 as residências da classe média de Feira de Santana. Com a intensificação da atividade comercial e a expansão urbana detalhada no capítulo dois esses moradores pouco a pouco foram deixando essa área central para ocupar bairros mais afastados. As figuras 1 apresentam atualmente um comércio formal estabelecido, inclusive com redes de lojas de porte nacional como C&A, Marisa, Riachuelo. O destaque são as calçadas ocupadas de forma intensa por ambulantes e camelôs em equipamentos variados.

O dinamismo maior nesse logradouro se refere a produtos made in China, com destaque para óculos, CD/DVD/Games e capas de celular. Outro fato que chamou a atenção durante a pesquisa foi a quantidade de camelôs e ambulantes que informaram adquirir seus produtos no Feiraguai. Um dos camelôs que solicitou total sigilo quanto a sua identidade informou que muitas barracas são de pessoas que tem box no Feiraguai mas possuem barracas nas ruas pois conseguem obter lucro quando as vendas no referido camelódromo estão ruins pois na rua há gente passando e comprando a todo momento.



Figuras 1 – Avenida Senhor dos Passos

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O calçadão da rua Sales Barbosa apresenta a maior intensidade em relação ao comércio de rua, nele encontramos as barracas de calçados, e principalmente confecções, disputando cada metro do espaço com o público e os comerciantes formais. Há um diferencial percebido durante o trabalho de campo, nesse logradouro não há apenas o uso do espaço público, mas a apropriação do mesmo, uma vez que muitos comerciantes possuem barracas de zinco com lados e fundos fechados e porta de elevação com tranca, algumas possuem até mesmo sistema de monitoramento por câmeras, não deixando a desejar em nada às lojas formais, são verdadeiras lojas nas calçadas.

A utilização do espaço se expandiu, de tal modo, que muitos tem o o que podemos considerar como lojas, como pode ser visualizado nas figuras. Não deixam a desejar em nada em relação a uma loja forma, com presença de provadores e manequins para a exposição de seus produtos, tudo em via pública. Estas deveriam ser destinadas a exclusiva circulação de pedestres. Na figura 2 é possível observar como era o calçadão até a década de 1970 e como se encontrar atualmente.



Figura 2 – Rua Sales Barbosa – 1970/2015

Fonte: www.google/imagens.com.br. Acesso em 22 de março 2016.

Ao longo de todos os logradouros estudados encontramos ambulantes e camelôs aproveitando as calçadas, pontos de ônibus, esquinas ou quaisquer espaços que possam dispor algum tipo de mercadoria. Colocam-se onde existam pessoas circulando ou eles próprios – caso dos ambulantes – possam oferecer seus produtos.

Existem logradouros nos quais a concentração de barracas é maior, as ruas Sales Barbosa e Marechal Deodoro são as que apresentam uma maior quantidade, além da grande aglomeração e desordem. De tal modo, as frentes das lojas perdem a visibilidade para os que circulam pelo local. A atividade realizada por ambulantes e camelôs vai além do comércio de produtos agropecuários ou manufaturados necessários para as atividades rurais como ocorreu no início da formação da cidade (POPPINO, 1968). Essa atividade representa hoje um suporte para o escoamento da mercadoria produzida em toda a sorte de manufaturados, fabricos de quintal ou indústrias que encontram nesse segmento um meio de fazer sua mercadoria tornar-se lucro.

A prática cotidiana do comércio de rua revela uma situação inusitada, ambulantes e camelôs, sem chefes ou equipes para pensar no melhor andamento e lucratividade do negócio estão acompanhando os desejos e necessidades da sociedade. Conseguindo oferecer a clientela os produtos que esta deseja consumir. Assim, os espaços da cidade acabam se transformando em mera mercadoria e a rua apropriada pelos camelôs e ambulantes também reflete o dinamismo de uma área cujos lugares referentes à circulação também passam a ser vistos sob a ótica do consumo, como acontece com as ruas, praças e calçadas apropriadas para a comercialização de mercadorias.

O CAMELÓDROMO COMO ELEMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

As particularidades do comércio em Feira de Santana promoveram a sua organização espacial de tal modo que permitiram ambulantes e camelôs desenvolverem uma territorialidade. A ideia de camelódromo, shopping popular ou mesmo centro comercial popular, como prefere a PMFS demonstra uma preocupação com os espaços para o consumo.

A variedade de produtos disponíveis no mercado e o desejo de consumo por parte de uma população contribuem para a proliferação de ambulantes e camelôs dispostos a vender toda a sorte de mercadorias. Esse número crescente nas vias públicas de Feira de Santana gerou uma série de conflitos entre os próprios ambulantes e camelôs na disputa pelo espaço da rua, com lojistas e o poder público municipal. Desse modo, criou-se o Feiraguai, primeiro camelódromo de Feira de Santana, com características e particularidades que são marcantes no seu modo de comercialização e de territorialização dos ambulantes e camelôs, como veremos a seguir.

A Praça Presidente Médici foi até a década de 1960 uma das estações ferroviárias que ligavam esta cidade com o Recôncavo. Na década de 1990, o Feiraguai ocupa esse espaço, porém sem fazer parte da dinâmica comercial. Sua organização é resultado da ação de agentes diferenciados, bem como, de seus interesses políticos e socioeconômicos. Construíram um espaço com identidade singular quando considerado o conceito de camelódromo, comércio informal e comércio de rua.

O Feiraguai é um exemplo de atuação do poder público na busca pela formalização do comércio informal. Ao ceder o espaço para o estabelecimento dos ambulantes e camelôs, a PMFS além de ordenar territorialmente o espaço urbano contribui para promover a formalização desses comerciantes. Segundo Felipe Campos, em reportagem para o jornal Correio, de 18 de outubro de 2010, o Feiraguai “[...] possui 80% de seus stands com CNPJ e facilidades, como compras com cartão de crédito”. No período da reportagem, o presidente da AVAMFS informou que haviam 434 boxes e era cobrada uma taxa que variava entre R\$ 9,50 e R\$ 25,00 destinadas a limpeza, manutenção e segurança do local. Segundo o presidente

A procura é bastante alta. Somos organizados e todos os boxes são registrados e recebem uma carteirinha de permissão.

Segundo Campos, que realizou a reportagem, o aluguel de um box pode variar de R\$ 400,00 a R\$ 800,00. Porém, há pontos que podem chegar a 6 mil reais, superando até mesmo valores de espaços em shoppings destinados a classe média. Ainda nessa reportagem, o chefe da Divisão de Repressão ao Contrabando da Receita Federal (DIREP) foi entrevistado, segundo ele

O Feiraguai hoje só perde para a 25 de Março (SP) e a Feira do Paraguai em Brasília. Vem pessoas de todo o Nordeste, até do Espírito Santo.

O Feiragui é o exemplo máximo, em Feira de Santana, do camelô que se transformou. Ao estudarmos seu histórico percebemos que seus comerciantes saíram da condição de camelô tradicional para camelô de tecnologia, assim definido por Durães (2013). Essa transformação de condição gerou, uma grande complexidade para compreender a situação atual do camelô e outra postura desses indivíduos. Esse comércio não depende mais da calçada, de estar na rua para ser visto, como trata Yázigi (2000). Esses ambulantes e camelôs são procurados pelos produtos que oferecem, logo, os clientes passaram a ir onde eles se encontram, uma vez que seus produtos concorrem em qualidade e preço com os formais.

O que tem se observado é uma reincidência dos ambulantes e camelôs, sempre num número crescente, aos espaços desocupados pelos governos municipais. Yázigi (2000), Dantas (2014), Durães (2013) e vários autores tem citado em suas pesquisas a recorrência desse fenômeno. O entendimento que temos desse perfil considera que por mais que os poderes busquem no camelódromo a ferramenta para o ordenamento territorial das calçadas, este é o espaço de quem vende para aqueles que circulam a pé nas ruas e avenidas. O camelódromo funciona para produtos específicos como Durães exemplifica no caso do Camelódromo da Uruguaiana, no Rio de Janeiro, ou da Feira do Paraguai, em Brasília (CAMPOS, 2010 e YÁGIZI, 2000) onde a configuração urbana foi planejada para o automóvel.

A Secretaria Municipal do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico (SETTDEC) desde 2013 vem trabalhando num projeto de requalificação do centro comercial de Feira de Santana. Denominado Pacto de Feira tem como objetivo “organizar os ambulantes que atualmente se aglomeram de forma autônoma e desordenada pela região”. (PMFS, 2015). Atualmente, 21 representações de classe, sindicatos, associações e órgãos governamentais encontram-se envolvidos nesse projeto.

A proposta da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) é a criação de um shopping popular para a transferência destes comerciantes que atuam nas ruas. Neste espaço, tanto os comerciantes quanto os consumidores vão dispor de estrutura e segurança para a realização de suas atividades. A suposta política urbana pensada pela PMFS visa a relocação de camelôs e ambulantes para um local que segue um modelo nacional, o centro comercial popular ou shopping popular como é de fato tratado. Durante a pesquisa de campo, nos deparamos com o questionamento feito pelos comerciantes que estão ocupando as ruas: para que e para quem será este espaço? Uma vez que não resolve a situação dos ambulantes e camelôs, só piora, segundo os entrevistados. Para Yázigi (2000, p. 392) “Convenhamos, o camelódromo nada mais seria do que uma versão popular de shopping, beneficiando-se inclusive da concentração em vários pontos da cidade.”

Segundo o site da Prefeitura (PMFS, 2015) há um Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico com representantes da sociedade civil organizada e as

representações de classe envolvidas no Pacto de Feira. Definiram pela construção de um shopping popular, este será construído através de uma Parceria Público-Privada (PPP). O investidor particular que está à frente desse empreendimento é um empresário mineiro com histórico de implantação desse modelo de atividade em diversas cidades pelo Brasil. O mesmo vem implantando o modelo de shopping popular em várias cidades brasileiras, em diferentes estados, e mostrou interesse em construir uma unidade em Feira de Santana. Segundo o site o orçamento para esse projeto é de aproximadamente 30 milhões de reais dos quais a Prefeitura Municipal participará com 25% do investimento.

A PMFS seguiu a legislação, uma vez que criou um Conselho Municipal com representações de classe e da sociedade, realizou o cadastramento de camelôs e ambulantes, bem como convidou para a exposição de resultados e divisão dos espaços. Realizou audiência pública com camelôs e outros membros do Pacto de Feira. Segundo a discussão, já havia ocorrido reunião anterior onde o projeto de relocação dos camelôs foi apresentado. Segundo fala do Prefeito, esta reunião tinha como objetivo ouvir propostas para os ajustes do projeto.

Com o Pacto de Feira, a PMFS buscou a participação popular. Em dois momentos marcou e realizou reunião. Estiveram presentes representantes do governo municipal, corpo de bombeiros, grupo privado responsável pelo projeto do shopping popular, sindicatos, ambulantes e camelôs. O que foi apresentado representa os interesses do setor privado que pretende realizar a obra através de uma PPP. Do governo municipal que anseia em retirar os camelôs das calçadas. Do corpo de bombeiros que alega dificuldades em caso de sinistro. E até mesmo do representante do sindicato dos camelôs que apresentou um discurso totalmente contraditório aos interesses de sua classe. Quando foi dada a palavra aos camelôs presentes, todos que tiveram a oportunidade de se manifestar mostraram-se insatisfeitos com o projeto apresentado.

A concentração de suas atividades se dá nos locais onde o tráfego de pedestres é intenso. A ideia de construção de um shopping popular para abrigar este tipo de atividade se fragiliza no momento em que se pensa no modelo de funcionamento. O comércio de rua atende um público transeunte, na maioria das vezes, não planeja a compra e encontra oportunidade de barganhar um preço que lhe seja mais acessível.

A Prefeitura Municipal descreve esse Shopping Popular como um espaço com 1.800 pontos comerciais de diferentes tamanhos. Distribuídos em três pavimentos, apresentando também área de convivência, praça de alimentação, bancas e lojas de prestação de serviços como Casa do Trabalhador, Farmácia do Trabalhador, Centro de Atendimento ao Feirense (CEAF). Também menciona a dimensão do mesmo, segundo o site vai ocupar um terreno de 30 mil metros quadrados na região do Centro de Abastecimento.

Na sua página na internet a PMFS apresenta um link para o Centro Comercial Popular (Shopping Popular). Quando acessado, aparece um breve texto da Secretaria Municipal de Planejamento intitulado Aviso de Consulta Pública nº 001/2015 e um

link que permite baixar um edital definido como Sugestões para o Edital de Licitação do Centro Comercial Popular. A seguir, há um vídeo, com duração de 4 minutos e 27 segundos, onde é apresentada uma maquete em terceira dimensão de como será o espaço. Existe um terceiro link que dá acesso ao projeto do Shopping. Segundo as informações contidas no site

O Shopping Popular de Feira de Santana foi idealizado com a intenção de organizar os ambulantes que atualmente se aglomeram de forma autônoma e desordenada pela região, dando a eles e ao consumidor um local seguro e bem estruturado para o desenvolvimento de suas atividades. (PMFS, 2015)

O Secretário ainda apresentou outras informações como prazo de concessão de 30 anos sendo 1 ano para a construção e 29 anos de uso. Esse empreendimento contará com 1831 boxes distribuídos em 3 pavimentos, sendo 1 subsolo, 1º e 2º pavimentos. Será cobrado um aluguel para os comerciantes de 80 reais por metro quadrado ocupado. A gestão do empreendimento se dará de forma compartilhada entre a Prefeitura Municipal, a AFEVA e a empresa responsável pela construção do Shopping.

Na página da PMFS foram publicadas matérias em referência as reuniões. Com o título Ambulantes esclarecem dúvidas sobre o Shopping Popular, a matéria trata sobre dúvidas dos camelôs que serão contemplados com espaços nesse empreendimento. Foi apresentado o projeto de construção e ocupação do mesmo, marcando nova reunião para o dia 05 de março, para ouvir sugestões e realizar os ajustes que se fizerem necessários.

Segundo a Secretaria de Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico vários estudos foram realizados na busca por uma solução para a desobstrução das ruas e avenidas do centro da cidade. Numa audiência pública realizada pela Prefeitura em 05 de março deste ano, o Secretário informou aos presentes sobre a realização desse estudo. O resultado alcançado foi a criação de um centro comercial popular para a relocação dos comerciantes que se encontram ocupando as vias públicas. Porém, não apresentou nenhum documento que comprovasse a realização desse estudo. Nessa reunião havia um número expressivo de camelôs, também estavam presentes representantes do corpo de bombeiros, os representantes dos sindicatos – SINDICAME e AFEVA – além do empresário mineiro que segundo a PMFS pretende investir no Shopping Popular.

A fala dos representantes do corpo de bombeiros foi enfática na questão da acessibilidade. Apontaram a dificuldade para circulação das pessoas, risco de incêndio considerando a organização das barracas e a desordem. As barracas na Rua Sales Barbosa favorecem também a presença de meliantes interessados em furtar comerciantes, clientes ou apenas transeuntes. Apresentaram, entre outras imagens, a figura 2, acima. Esta foi a mais comentada pelo representante da corporação devido o uso desordenado de espaço central do calçadão da Rua Sales Barbosa, projetado

para ser um espaço de ampla circulação de pedestres.

Os comerciantes presentes demonstraram grande indignação ao projeto apresentado pela PMFS e a empresa. A primeira fala destacou o preço cobrado para a ocupação do espaço, cerca de R\$ 80,00 por metro quadrado, além da taxa de condomínio para promover limpeza, segurança e estacionamento. Destacaram a concorrência dos chineses, presentes no comércio da cidade, e que trabalham com preços impossíveis de serem superados pelos comerciantes locais.

Outros comerciantes questionaram o porquê não construir o camelódromo na própria Sales Barbosa, pois é o desejo da maioria daqueles que trabalham nesse espaço. A justificativa da PMFS apoiou-se em três aspectos: não caberia todos os que hoje trabalham ali; em caso de incêndio a dificuldade de acesso é maior como demonstrou o representante do corpo de bombeiros; e a rua é do pedestre, do deficiente que não consegue andar. Segundo o Secretário há um estatuto do pedestre e este precisa ser respeitado. A PMFS espalhou placas nas principais vias chamando a atenção para a lei, em alguns locais está sendo respeitada, mas em outros, não.

Dentre as perguntas realizadas um camelô questionou por que não fazer o camelódromo no próprio calçadão. Os presentes aplaudiram com grande entusiasmo. O secretário à frente da SETTEDEC justificou a falta de segurança, não definiu de que tipo, segundo ele, os estudos realizados indicam que o ideal é a construção do Shopping. Ainda segundo o secretário, não caberia todos se houvesse uma organização da Rua Sales Barbosa. “Além disso, a rua é do pedestre, do deficiente que não consegue andar, há um estatuto do pedestre e precisa ser respeitado” (SECRETÁRIO).

Foi questionado sobre quem não pode pagar as despesas por um espaço no Shopping. Como vão ficar essas pessoas? Quem realizou a pergunta diz que trabalha com capa de celular, vende para peão e shopping é para rico. Antes que algum membro da mesa respondesse começou um tumulto entre os presentes que passaram a gritar quase em coro que não queriam shopping, muitos começaram a levantar e sair do local, com isso a reunião se encerrou. Em matéria publicada na página da PMFS, após esta reunião, com o título Centro de Comércio Popular: reuniões com camelôs serão setoriais, informa:

As próximas reuniões entre os camelôs e Governo Municipal sobre o Centro de Comércio Popular, a ser construído no Centro de Abastecimento, serão abertas para os setores de mercado que compõem esta parte da economia informal do município.

A informação relacionada a construção do Shopping Popular no Centro de Abastecimento promoveu uma verdadeira revolução entre os comerciantes deste local. Todos se questionavam onde seria pois não há mais espaço a ser preenchido, em especial, por um empreendimento com as dimensões propostas para o Shopping.

Procuramos a Associação dos Comerciantes do Centro de Abastecimento. Conseguimos a informação de que a PMFS pretende retirar os comerciantes do setor

de artesanato, demolir os boxes e construir nesse local o Shopping. A indignação mostrou-se generalizada entre os comerciantes.

Os mesmos se mobilizaram e constituíram um advogado para intervir nesse processo. Também promoveram um debate, dia 27 de março de 2015. Estiveram presentes representantes da Polícia Militar, Ministério Público, UEFS, PMFS, Movimentos Sociais da cidade, comerciantes do Centro de Abastecimento e camelôs. Foram apresentados dados e discussões sobre a organização da cidade, circulação de pessoas e transportes. O advogado dos comerciantes defendeu a permanência dos mesmos no referido local e a necessidade de tombamento da área, pois o setor de artesanato do Centro de Abastecimento é referência nesse segmento.

Os ânimos se exaltaram, talvez até mais do que na reunião promovida pela PMFS. Os comerciantes do artesanato do Centro de Abastecimento explanaram sobre sua insatisfação. Citaram a falta de apoio da PMFS, principalmente na melhoria do espaço, e a proposta de transferência para a Rua Dr. Olímpio Vital foi a pior informação que tiveram. Mesmo a PMFS disponibilizando a infraestrutura necessária para a ocupação do espaço, os comerciantes alegam que o local não oferece nenhum atrativo para que a clientela possa se dirigir, o exemplo é o Mercado de Arte Popular. Os ambulantes e camelôs presentes também manifestaram total repúdio em ocupar a área do setor de artesanato. Os representantes da UEFS mostraram através de variados estudos acadêmicos a inviabilidade do projeto da PMFS. O representante do Ministério Público comunicou que tinha recebido a informação há apenas 2 dias e acreditava que seriam tomadas todas as medidas para evitar prejuízos para os envolvidos no processo.

Segundo os comerciantes, o perfil de um cliente que busca uma mercadoria numa banca de rua é totalmente diferente daquele que vai a um shopping. Nos relatos, quem compra na rua é aquela pessoa que foi em busca de uma consulta médica, um serviço bancário ou outra atividade e ao passar vê a mercadoria exposta e lembra que precisa daquele objeto ou aproveita, por saber que vai passar naquela via e busca por um determinado serviço (geralmente pequenos consertos), diferente daquele que sai de casa no propósito de ir a um shopping consumir determinado produto ou serviço. As falas dos ambulantes e camelôs pesquisados demonstram as preocupações em relação a transferência,

Prefiro ficar aqui, poderia ser arrumado como Curitiba, pois são os locais de circulação das pessoas. Não acredito que o Shopping vai ser bom porque não tem circulação de pessoas, vai fazer prédio bonito e não terá movimento porque as pessoas estão circulando nas ruas, porque os bancos estão aqui, correios, lojas, médicos... Aqui a concorrência com as lojas é grande, tem a Kammy's, a LM e muita gente circulando. Se a gente for para o Shopping não tem ninguém que vá lá só comprar, pois o que vende é o visual, a pessoa passa, vê o produto e se interessa, mesmo que tenha pouco dinheiro, negocia, pede desconto e leva. Na hora que separar os camelôs não vão vender porque a população não vai.

O grande problema é que não se preocupam em analisar a situação do trabalhador, as guias são diferentes, a vida é diferente, não tem como igualar, colocar todo mundo igual.

O que notamos durante a realização da pesquisa de campo, através das observações feitas entre as aplicações dos formulários é que o comércio informal em Feira de Santana é marcado por desigualdades, heterogeneidades e uma grande complexidade na estrutura que ora se apresenta. As ruas e avenidas estudadas apresentam-se como um espaço excludente e pujante, desigual e com características pontuais de modernização, heterogêneo e em certos momentos globalizado, caótico e organizado. Tem-se o comércio de rua como um espaço que expressa uma natureza contraditória. Ao mesmo tempo, pode ser visto como um fato relevante considerando o aspecto socioeconômico, demonstra uma posição antagônica quando tratado sob o ponto de vista do ordenamento territorial.

A SUPOSTA SOLUÇÃO DE UM PROBLEMA E A CRIAÇÃO DE OUTRO

As formas de uso da cidade de Feira de Santana retratam uma manutenção no comércio de rua no centro comercial bem próximo ao que Dantas (2015) escreve sobre o comércio ambulante em Fortaleza. Fortalece a articulação entre os bairros e o centro – promovendo uma hegemonia do segundo – mesmo com uma forte descentralização comercial para os bairros, os conflitos entre ambulante e camelôs, poder público e comerciantes formais só se eleva. Dantas, ao estudar a realidade do comércio ambulante de Fortaleza escreve sobre os interesses dos agentes envolvidos, considerando Estado (representado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza), os empresários do terciário e os comerciantes ambulantes.

Em 08 de fevereiro de 2015, o jornal A Tarde, publica reportagem de Geraldo Bastos, com o título Feira Atrai Novos Investimentos. O jornalista informa sobre a construção de dois novos shoppings. O primeiro, uma obra particular, denominada Feira Portal Center, com a perspectiva de empregar próximo de 2 mil pessoas, estimando uma circulação diária de 5 mil consumidores. Mas, o destaque para este estudo, trata da continuidade da reportagem. O jornalista também informa que bem próximo será construído o Shopping Popular, numa área do Centro de Abastecimento, ocupando um espaço de 30 mil metros quadrados.

Como realizamos um estudo anterior sobre o Centro de Abastecimento (ARAUJO, 2006), procuramos informações referentes a localização dessa nova construção, com dimensões tão amplas, uma vez que não há espaço ocioso. Obtivemos a informação que o setor do artesanato seria demolido, os comerciantes transferidos para um espaço fora do Centro de Abastecimento, que até o encerramento da pesquisa para esta tese não havia sido estruturado. No local desses então seria construído o Shopping Popular.

Em paralelo, a PMFS realizou audiências públicas com ambulantes e camelôs para informar sobre a construção desse Shopping Popular e a transferência dos mesmos. A insatisfação foi muito grande. Ao longo do tempo, o poder público, nas sucessivas gestões, não realizou cadastramento e cobrança de eventuais tributos entre

ambulantes e camelôs que ocupam os logradouros do centro comercial. Não podemos afirmar sobre a legalidade de uma possível cobrança por parte do poder municipal pelo uso de um espaço público. Porém, a principal insatisfação entre os presentes na audiência realizada em 05 de fevereiro de 2015 referia-se a cobrança pelo espaço, situação que não ocorre nas ruas. De acordo as informações constantes no site da PMFS, outras reuniões com ambulantes e camelôs foram realizadas, considerando os setores (calçados, confecções, alimentos, etc.) para explicar melhor o projeto do Shopping Popular e ouvir sugestões para possíveis ajustes do projeto.

Segundo o site do programa jornalístico de rádio Acorda Cidade, de 14 de outubro de 2015, o prefeito assinou a ordem de serviço para iniciar a construção do Shopping Popular, segundo a publicação “[...] reunirá em um só lugar cerca de 2 mil vendedores ambulantes que atualmente estão espalhados por diversas ruas do centro comercial da cidade”.

Cinco dias após a veiculação no rádio e publicação da informação sobre a construção do empreendimento no site acima referido, ambulantes e camelôs do centro comercial – em conjunto com os artesãos do Centro de Abastecimento – fecharam o principal cruzamento do centro da cidade, entre as avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos, reunindo-se à frente da PMFS. Tanto para mostrar aos representantes do poder público municipal quanto a população que por ali circulava, a sua insatisfação com a construção do Shopping Popular, figura 14.



Figura 14 – Movimento de artesãos do Centro de Abastecimento, ambulantes e camelôs contra a construção do shopping popular

Fonte: Acorda Cidade. <http://www.acordacidade.com.br> Acesso 20/11/2015

Segundo os ambulantes e camelôs, bem como os artesãos do Centro de Abastecimento, esse tipo de empreendimento não funciona, pois existem construções particulares, em locais mais estratégicos, que faliram. Segundo depoimento de um camelô a reportagem do Acorda Cidade

Nos outros lugares e capitais, segundo pesquisas que fizemos pela internet, todos faliram. Além disso, tem o primeiro e o segundo piso. Aqui no Arnold Silva Plaza,

que tem não sei quantos anos, até hoje o segundo andar não funciona. O Jomafa não funciona, faliu. E lá embaixo no Centro de Abastecimento, quem vai garantir?

O estabelecimento de camelódromos ou shoppings populares não significa a extinção dos ambulantes e camelôs das ruas. Os estudos realizados em diferentes partes do país comprovam essa realidade. Em todos, o poder público destinou projeto, recurso e espaço para o ordenamento desses. Segundo Maia (2015, p. 467) “O comércio de rua passa a comprometer e a prejudicar o urbano a partir de certos limites de localização, tipo, escala e relações com a administração pública e as instituições”. Porém, a população tem opiniões muito divididas quanto a construção do Shopping Popular e a presença dos ambulantes e camelôs nas ruas.

O que as pesquisas constataram revela que passado o período de maior divulgação na imprensa, aquele gosto de novidade, passa a ocorrer uma menor fiscalização pelos órgãos competentes, as ruas são paulatinamente ocupadas por aqueles que não foram contemplados com espaço nos camelódromos ou passam a fazer parte da massa desempregada e que precisa arrumar uma forma de sobreviver.

O poder público procura normatizar o uso do espaço público representado aqui pelas calçadas, criando estatutos, leis e outros. Para ambulantes e camelôs a forma como utiliza determinado espaço, onde estabelece sua barraca está em ordem, mesmo que de forma considerada ilegal pelos agentes reguladores. Na desordem criada pelos comerciantes as possibilidades de interação com o consumidor ocorrem numa linearidade que permitem a circulação de mercadorias, a obtenção de lucro e conseqüentemente a conquista da sobrevivência por parte daqueles que se encontram nas ruas buscando seu sustento.

A postura do poder público, em todos os exemplos observados na referência consultada, aponta para regras e projetos elaborados por técnicos que aparentam não considerar a opinião e os anseios dos trabalhadores que se encontram nas ruas. Pode-se comprovar essa situação através dos movimentos que ocorreram e os ambulantes, camelôs e artesãos do Centro de Abastecimento foram as ruas tornar público sua insatisfação com o projeto de construção e relocação para o Shopping Popular.

A preocupação racionalista do uso do espaço urbano foca singularmente na estética da cidade, porém a complexidade do uso do espaço público representado pelas calçadas das ruas e avenidas do centro comercial de Feira de Santana é bem maior que a simples construção de um Shopping popular.

Na pesquisa bibliográfica realizada nos deparamos com estudos de partes diferentes do Brasil e em todos os casos a situação se repete, o poder público cria leis, usa força física e ordena o espaço criando camelódromos, shoppings ou delimita locais onde ambulantes e camelôs possam exercer sua atividade. Com o passar do tempo acontecem duas situações que se alternam, voltam a comercializar em seus antigos pontos; os espaços construídos ou delimitados não são suficientes para o número de ambulantes e camelôs existentes. Uma parte considerável continua trabalhando

nas ruas sem nenhum tipo de cadastro ou regulamentação. A heterogeneidade do comércio de rua vai além dos produtos e serviços que são ofertados por ambulantes e camelôs. As relações estabelecidas de forma complexa e distinta entre a circulação, comercialização e consumo são bem mais amplas. Além disso, promovem o não cumprimento das leis estabelecidas pelo poder público.

As principais mudanças ocorrem através da intervenção do Estado que tem o poder municipal como representante principal. Sendo o responsável pelo estabelecimento de um ordenamento territorial através de um planejamento urbano. No caso da cidade de Feira de Santana, o poder público promove seu planejamento através da elaboração e execução de projetos de relocação dos ambulantes e camelôs. Foi assim na década de 1970 e a mesma proposta ocorre agora através do Pacto de Feira e construção do Shopping Popular. Passados quase quatro décadas entre um projeto e outro, o poder público apresenta proposta bem próxima a do passado, ordenar territorialmente o espaço do centro comercial de Feira de Santana através da construção de um espaço específico e transferir os comerciantes.

As permanências observadas estão relacionadas ao sentido da feira, em especial na rua Marechal Deodoro, muitos ambulantes e camelôs alegam ocupar esse espaço desde antes o período da transferência para o Centro de Abastecimento. A ideia de comércio de rua onde a circulação de pessoas num ritmo intenso é o principal argumento para que estes ambulantes e camelôs procurem se manter nesse espaço. Para o poder público o foco principal é promover um ordenamento territorial na área central da cidade.

A elevação do desemprego nos setores da economia como a indústria e a não absorção pela agropecuária ou serviços, devido as mudanças que também ocorreram, levou a essa massa de trabalhadores buscarem meios de sobrevivência, muitos só encontraram oportunidade nas ruas.

Outra diferença percebida está nos produtos comercializados, é possível perceber a existência de uma hierarquização entre os ambulantes e camelôs que atuam nas ruas de Feira de Santana. Muitos que trabalham com calçados e confecções, eletroeletrônicos e produtos made in China são os que aparentam um maior recurso, melhor organização comercial e que conseguiu algum tipo de ascensão econômica através dessa atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio informal em Feira de Santana, particularmente o que ocorre nas ruas da cidade, passou por significativas transformações no intervalo que marca a origem do município e da cidade com a feira livre e a feira de gado bovino até a atual organização, na qual os produtos industrializados predominam. Esta situação é um indicativo de que houveram inclusões, nesta atividade, de processos de acumulação de capital. O grande destaque volta-se a comercialização de mercadorias, produzidos

em grande escala, por empresas de médio e grande porte, que podem ser encontradas nas mãos e barracas de ambulantes e camelôs.

O uso do espaço público para fins particulares é outro ponto que não pode ser desconsiderado. O número de conflitos gerados, envolvendo diferentes agentes, é elevado e complexo. O poder público, por ser o responsável pela gestão e manutenção desse espaço procura normatizá-lo com a intenção de impor um ordenamento territorial e atender os interesses divergentes daqueles que o utilizam sejam cidadãos, comerciantes formais ou informais.

Notou-se que essa atividade ainda cabe na teoria dos dois circuitos da economia urbana elaborado por Milton Santos (2008a) na década de 1970. Mudanças como tecnologia, circulação e comunicação foram absorvidas até certo ponto por este segmento, mas outras características como uso de máquina de débito/crédito, utilização de capital bancário, capital de giro ampliado, utilização de tecnologias para aquisição ou venda de mercadorias, estoques reduzidos continuam a fazer parte da rotina desses comerciantes.

Ao concluir esta pesquisa, percebeu-se que o comércio informal em Feira de Santana apresenta uma grande heterogeneidade, complexidade e relevância para a sociedade e a economia. Uma vez que muitos cidadãos tiram seu sustento, de forma honesta, dessa atividade e muitas indústrias consideradas regulamentadas conseguem ver seu capital se elevar destinando parte de suas mercadorias para este segmento comercial. Desse modo, as permanências e mudanças nessa atividade permitem diversos estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Alessandra O. **Redes e Centralidades em Feira de Santana (BA):** O centro de abastecimento e o comércio do feijão. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2006.

CAMPOS, Felipe. **Feiraguai.** Jornal Correio. 18 de Outubro de 2010.

CORRÊA, Roberto L. **Trajelórias Geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

DANTAS, Eustógio Wanderley C. **A Cidade e o Comércio Ambulante:** Estado e Disciplinamento da Ocupação do Espaço Público em Fortaleza (1975-1995). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

_____. Apropriação do Espaço Público pelo Comércio Ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em Evidência (1975 a 1995). **Scripta Nova.** Universidad de Barcelona, vol. IX, n. 202, 1 de diciembre de 2005. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-202.html> . Acesso em 17 de julho de 2015.

DURÃES, Bruno J. R. **Camelôs Globais ou de Tecnologia:** novos proletários da acumulação. Salvador: EDUFBA, 2013.

FEIRA DE SANTANA. CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. **Lei Nº 2.800/2007.** Institui o Estatuto do Pedestre e dá outras Providências. Disponível em <http://www.leismunicipais.com.br> Acesso em 20 de setembro de 2015.

MAIA, Ana Claudia N. Comércio de Rua X Poder Público: O Caso da Cidade de Salvador (BA). **Bahia: Análise & Dados**. Salvador, v. 25, n. 2, p. 455-474, abr./jun. 2015.

_____. **Circuitos e Redes do Comércio de Rua em Salvador, Bahia: Uma Análise Geográfica**. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. Mestrado em Geografia, Salvador. 2013. 146 f.

POPPINO. Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. Centro de Comércio Popular: reuniões com camelôs serão setoriais. Disponível em: <<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/noticias>>. Acesso em: 07 mar. 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. **Projeto Cabana**. Feira de Santana, 1974.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REPRESENTANTE dos camelôs diz que ruas são ocupadas com o consentimento de políticos de Feira de Santana e que propostas do Pacto não atendem a classe. *Jornal Grande Bahia*. Feira de Santana, 25 de fev. 2013. Disponível em <http://www.jornalgrandebahia.com.br> Acesso em 13 de março de 2014

SANTOS. Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia**. São Paulo: EDUSP, 2008. 1 reimpressão.

YÁGIZI, Eduardo. **O Mundo das Calçadas**. São Paulo: Humanitas/FFLCH6/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2000.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accessibility 20, 21, 33

Acessibilidade 11, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 79

Alarme 40, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 68, 69

Assistência humanitária 34, 39, 41, 45, 46

Atividade comercial 1, 5

B

Batalhão de Ajuda Humanitária 34, 37

C

Corpo de bombeiros militar 34, 36, 37, 39, 46

D

Desenvolvimento regional 83, 97

Desocupação 54, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70

E

Ensino de geografia 71, 83, 99

F

Feira de Santana (BA) 18

G

Gestão de riscos e desastres 47

Gestão municipal 31, 47, 68

H

Humanitarian aid battalion 35

Humanitarian assistance 35

Humanitarian logistics 35, 39

L

Logística humanitária 34, 38, 39, 40, 41, 45, 46

M

Metodologias ativas 71, 73, 74, 75, 77, 80, 81

Military fire brigade 35

O

Old people 20, 21

P

Proteção e defesa civil 34, 36, 38, 39, 47, 48, 49, 50, 53

Protection and Civil Defense 35, 48

S

Senhor do Bonfim 20, 21, 26, 31, 32

Simulado 55, 64, 65, 66, 67, 70

Sirenes 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69

Sistema 4, 6, 23, 24, 25, 32, 48, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 74, 96, 99

T

Teorias de aprendizagem 71, 77

U

Universidade pública 83

V

Velhos 20, 21, 22, 23, 24, 26, 28, 31, 32

 **Atena**
Editora

2 0 2 0